

# Nova chance de retomar o crescimento

Márcio G. P. Garcia<sup>1</sup>  
26 de outubro, 2016

**Sugestão de olho: A PEC 241 é a pior solução para a crise fiscal, exceto todas as demais.**

Enquanto escrevo este artigo, a Câmara dos deputados deve estar votando, em segundo turno, a já famosa PEC 241, que estabelece um teto para os gastos públicos nas próximas duas décadas. Trata-se, sem dúvida, de um grande avanço que esteja ocorrendo intensa discussão sobre aquilo que sempre foi nosso calcanhar de Aquiles: a política fiscal. Reconhecer que o país vive uma crise fiscal capaz de colocar em risco os ganhos desde o Plano Real é um passo imprescindível para superá-la.

Quando o governo gasta acima do que arrecada, como vem ocorrendo há muitos anos, só restam, afinal, duas fontes de financiamento: emissão de dívida pública ou de moeda. Como advertiu recentemente a secretária do Tesouro Nacional (FSP, 23/10/2016): “Os gastos públicos federais vêm crescendo 6% ao ano acima da inflação nos últimos 25 anos, exigindo a criação de mais impostos. Recentemente, novos programas apoiados em subsídios foram criados sem consistência temporal, alcançando a média anual de R\$ 63 bilhões nos últimos quatro anos e comprometendo as contas futuras. O desequilíbrio se acentuou nos últimos três anos, fazendo a dívida pública saltar de 52% em 2013 para 72% do PIB em 2016. Poderá ultrapassar 100% em cinco anos.”

Quando a dívida pública se torna muito elevada, os investidores passam primeiro a exigir taxas de juros ainda mais altas, dado o crescente risco de não pagamento da dívida. Se o processo de crescimento vertiginoso da dívida pública não muda, magnifica-se o risco de calote, os investidores passam, ao fim e ao cabo, a fugir da dívida. Nesse estágio, só resta ao governo a emissão monetária como fonte de financiamento, o que redundará na aceleração da inflação.

Como sabemos melhor do que ninguém, a inflação alta não só não resolve nenhum dos problemas reais da nossa sociedade, como saúde, educação e segurança, como também encobre as verdadeiras causas das nossas mazelas. A leitura dos jornais anteriores ao Plano Real dá a impressão de que todos os problemas da sociedade brasileira eram culpa da inflação, e a inflação não era culpa de ninguém.

Urge, portanto, que se tomem medidas que possam conter o crescimento exagerado dos gastos públicos e a explosão da dívida pública. A PEC 241 é uma primeira iniciativa nesse sentido e terá de ser complementada por outras medidas, como a reforma da Previdência.

As principais críticas à PEC 241 podem ser classificadas em dois tipos. A primeira classe de objeções vem de analistas que, reconhecendo a necessidade de mudar o regime

---

<sup>1</sup>Ph.D. por Stanford, professor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve neste espaço uma sexta-feira a cada mês.

fiscal, advogam aprimoramentos à medida. Muitas das contestações são procedentes, mas a verdade é que caso a PEC 241 e as reformas subsequentes não sejam aprovadas pelo Congresso Nacional, o que se afigura é uma crise fiscal. Portanto, é preferível apoiar a PEC 241 e lutar pelos aprimoramentos quando os benefícios de um risco fiscal mais baixo já estiverem sendo colhidos, com a volta do crescimento econômico. Por exemplo, caso economia brasileira entre em um período de crescimento acelerado, e a dívida pública cair significativamente para, digamos, nível inferior a 50% do PIB nos próximos anos, não haverá qualquer dificuldade em votar outra PEC autorizando maiores gastos.

A segunda classe de objeções, vinda de grupos que não querem que haja teto para as despesas públicas é bem mais perniciosa. Recorrendo, frequentemente, a afirmações patentemente falsos. Por exemplo: "sou contra ao congelamento do orçamento por 20 anos." Calma lá! A PEC não congela o orçamento, apenas impõe um teto: os gastos totais podem aumentar *pari passu* com a inflação. Mesmo se respeitado (Oxalá o seja!), o teto não impedirá a dívida pública de ultrapassar 80% do PIB nos próximos anos, o que pode precipitar uma crise de desconfiança na dívida pública, com consequências graves. Em suma, o teto estipulado pela PEC 241 não é, de nenhuma maneira, excessivamente restritivo frente à gravidade da crise fiscal em que os últimos governos nos meteram. A dura realidade pode ser bem mais severa!

Ademais, a composição de gastos continua a critério do legislador. Pode-se, sim, gastar mais em saúde ou educação, caso gaste-se menos em outras rubricas. As reformas seguintes, notadamente a da Previdência, serão essenciais para viabilizar tal caminho.

Aqui que se destacam os opositores mais poderosos da PEC 241. São representantes dos interesses de categorias específicas, que vêm, há muito, gozando de privilégios nada transparentes, e que agora se sentem ameaçados. Trata-se de empresários acostumados a viver de benesses governamentais, castas de funcionários públicos e de estatais que ganham muito além do razoável, dentre outros beneficiários dos gastos públicos, que temem que a imposição do teto deflagre discussão incômoda sobre a preservação desses privilégios, como deveria ocorrer em um regime democrático. De tal forma, a PEC 241 tem o potencial de fortalecer nossa democracia, ao nos forçar a confrontar duras decisões orçamentárias sem a opção de aumentar sem limite o gasto total.

A dura realidade, que resistimos a reconhecer, é a de que, simplesmente, não há recursos para manter a expansão real do gasto público no ritmo em que vinha ocorrendo. A PEC 241 pode estar longe de ser o instrumento ideal para isso, mas qualquer proposta alternativa tem que garantir que algo semelhante ao teto imposto acabe prevalecendo.

Portanto, parafraseando Churchill sobre a democracia, a PEC 241 é a pior solução para a crise fiscal que ora vivemos, exceto todas as demais. Espero que ela passe hoje na Câmara dos deputados e, em seguida, no Senado Federal, sendo seguida, em breve, pela reforma da Previdência. O país não pode desperdiçar esta nova chance de voltar a investir e crescer.